

A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NOS MARCOS DO CAPITALISMO

Luciano Accioly Lemos Moreira¹

Resumo

Analisaremos sob a perspectiva marxiana, a proposta da Gestão Democrática Escolar para o Brasil a partir da década de 1980 do século XX. Demonstraremos as definições teóricas desse projeto defendidas por alguns dos autores que abordam tal problemática no campo da organização escolar no Brasil. E por fim, analisaremos de modo crítico ontológico, a possibilidade da aplicabilidade teórico-prático dessa proposta na realidade econômica e política brasileira.

Palavras-chave: Gestão Democrática; Política; Alienação; Capitalismo.

LA ORGANIZACIÓN DEMOCRÁTICA DE LA ESCUELA EN EL CAPITALISMO

Resumen

Veremos, en la perspectiva marxista, la propuesta de la Escuela de Gestión Democrática para el Brasil de los años 1980 del siglo XX. Demostraremos las definiciones teóricas de este proyecto defendido por algunos autores que tratan esta cuestión en el ámbito de la organización de la escuela en Brasil. Por último, vamos a examinar de forma crítica ontológica, la posibilidad de aplicabilidad teórica y práctica de esta propuesta en la realidad económica y política en Brasil.

Palabras-clave: Gestión democrática; Política; Alienación; Capitalismo.

¹ Mestre em Educação e Doutorando em Letras pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Professor da UFAL – Campus de Arapiraca. luciano.almoreira@gmail.com

Os princípios democráticos frutos do processo político denominado de redemocratização brasileira iniciado na década de 1980 do século XX no Brasil, reflete de modo complexo e contraditório nas concepções e propostas sobre a forma da organização escolar brasileira. É sugerida de modo preliminar, a superação de relações autoritárias e centralizadoras ainda presentes no contexto escolar, por formas participativas, democráticas e autônomas entre os gestores, professores, alunos e comunidade. A partir desse momento, refletiremos sobre o tema discutindo inicialmente as formas de organização presentes no espaço educacional de hoje, explicitados por alguns teóricos. Em um segundo momento, definiremos os sentidos políticos presentes na proposta de administração, autonomia e participação na escola, e como consequência disso, o tipo de formação escolar pretendida. Por fim, desenvolveremos uma reflexão crítica sobre as propostas sugeridas pelos autores em relação à gestão democrática da escola no Brasil.

A organização escolar, conforme Libâneo (2004), não pode ser reduzida a concepção de administração, pois isso lembra uma organização empresarial, no qual o lucro se constitui no fim único e maior dessa organização. No caso da escola, a organização se configura de acordo com o autor, numa unidade social que reúne pessoas que interagem entre si e que opera por meio de estruturas e processos organizativos próprios, a fim de alcançar os objetivos da instituição.

No caso da escola diz Libâneo (2004), a organização é direcionada para a formação escolar por meio de processos de ensino e aprendizagem. Nesse sentido a organização compreende a definição curricular da escola, os processos avaliativos individuais e coletivos, a formação continuada de professores e funcionários, e principalmente, a elaboração de um projeto político pedagógico.

Com isso, uma organização escolar para ser efetivada, deve contemplar os momentos administrativos, político e pedagógico. Entretanto, conforme Libâneo (2004) é através da gestão escolar que todos esses momentos podem ser coordenados, reunidos e efetivados.

A partir de 1980 e 1990 no Brasil surgem propostas organizativas escolares fundadas em relações administrativas e políticas de cunho democrático. Tanto por parte das políticas de Estado expresso na nova LDB 9394/96, como por pesquisadores da área educativa, há a defesa de um modo diverso, e por vezes

contraditório, de relações democráticas no espaço escolar que prezem pela autonomia administrativa, a democratização das decisões escolares, e por uma participação de toda comunidade escolar na construção de seus objetivos pedagógicos.

Conforme Libâneo (2004) a organização escolar no Brasil teve como forma predominante a concepção técnica-científica. Nessa perspectiva administrativa, a escola é organizada de modo verticalizado, hierarquizado e dual quanto às relações de poderes. O poder verticalizado explica Libâneo, se constitui numa relação de mando e de mandado, na qual normalmente o diretor da escola decide e impõe as ordens e os direcionamentos a todo o corpo administrativo e pedagógico de cada espaço escolar. A hierarquização se coloca de modo que a base da pirâmide que são os pais, os professores, e o corpo administrativo não decide os rumos da escola. As ordens providas do alto impedem que as demandas culturais e políticas da base apareçam e sejam valorizadas por um projeto comum. As funções de cada componente da escola são predeterminadas e definidas pelo alto, pela direção, e cada indivíduo executa sua função específica e limitada. Para Libâneo, desse modo, a organização técnico-científica pode ser relacionada com as empresas tayloristas e fordistas, pois cada componente opera e realiza uma função limitada e determinada por forças estranhas.

Através de movimentos populares na década de 1980 do século vinte no Brasil, pesquisadores, educadores, associações, partidos políticos e outros setores da sociedade organizada começam a exigir formas de organização escolar de cunho democrático e participativo. Posteriormente, a própria LDB 9394/96 incorpora a gestão democrática como base para a organização educacional. Políticas de descentralização administrativa e financeira invadem o espaço escolar, e, de qualquer modo, exigem um repensar sobre essas políticas e seus efeitos nas relações escolares, e na sociedade.

Libâneo explica que nesse momento histórico surge como proposta uma organização educacional fundada numa concepção sócio-crítica da sociedade e da escola. Essa perspectiva defendida pelo autor atribui a todo o corpo educativo e à comunidade a responsabilidade no rumo da escola. O poder, para Libâneo, deve se constituir numa divisão de responsabilidades, em que a participação de todos nas

decisões e nas ações da escola seja uma constante. As responsabilidades serão horizontalizadas, pois não há domínio de um sobre outros, mas sim a definição de tarefas estabelecidas de modo coletivo e consciente. A gestão democrática nesse sentido, diz Libâneo, é educativa em todos os níveis, pois na fase de elaboração e execução, todos aprendem pela e na participação.

Do mesmo modo que Libâneo, Veiga explica que a organização escolar no Brasil, pode ser definida em duas visões administrativas: uma fundada no poder regulatório, em que a escola cumpre as decisões de órgãos estranhos às necessidades internas da escola, e outra, denominada edificante ou emancipatória, a qual desenvolve entre toda a comunidade escolar a participação nos rumos políticos e pedagógicos de cada escola. Gadotti (2003) também afirma que a gestão democrática se dá por meio da participação e que, ao contrário de organizações centralizadoras e autoritárias no qual a direção se responsabiliza por tudo e por todos, na gestão democrática todos decidem.

Desse modo diz Libâneo, surge como forma de representatividade da gestão democrática a formação de conselhos escolares, nos quais representantes da comunidade, dos pais, dos alunos, dos professores, do administrativo e da direção devem decidir os fins políticos, administrativos e pedagógicos da escola. Além da formação do conselho escolar, que irá fiscalizar e deliberar os objetivos da escola faz-se necessário de acordo com Libâneo (2004), a elaboração do Projeto Político Pedagógico. O Projeto Político Pedagógico é um plano global da instituição educacional que pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo. É o instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade escolar, integrando e organizando a atividade pedagógica para um fim previa e coletivamente definido por toda comunidade escolar. Esses mesmos autores explicam que a gestão democrática como forma de organização política, pedagógica e administrativa poderá ser rebaixada em seu poder democrático, por maneiras autoritárias e centralizadoras ainda presentes na realidade brasileira. Como confronto a essas posturas antidemocráticas, os mesmos autores sugerem a ampliação dos espaços participativos em que todos possam decidir, planejar e executar as atividades necessárias na resolução dos problemas educacionais.

Além da definição sobre as concepções organizativas no espaço escolar brasileiro, outro importante aspecto é a compreensão das relações políticas que perpassam e dão sentido à construção da gestão democrática nas escolas. Gentili (1995) explica que nos anos 1980 no Brasil, o processo de redemocratização traz em seu bojo popular e democrático demandas por mudanças políticas. Políticas participativas e geridas de modo autônomo pela população deveriam, conforme Gentili, gerir as escolas, construindo assim, políticas contrárias ao centralismo e ao autoritarismo tão presente na sociedade brasileira.

O referido autor, do mesmo modo, elucida que ao mesmo tempo em que esse movimento popular democrático se explicita em prol da democracia, paralelo e contrário a esse movimento, surge no cenário internacional às políticas de base neoliberal. O neoliberalismo iniciado nos Estados Unidos e na Inglaterra defende uma presença mínima do Estado em relação aos direitos sociais, como a educação pública, e desse modo, o sentido de autonomia presente na proposta da gestão democrática poderá nesta perspectiva política, tomar rumos contrários a ampliação dos direitos democráticos. Sendo assim, Gentili (1995) defende que a gestão política do Estado, quanto à concepção organizativa da escola poderá ter dois sentidos antagônicos conforme o lugar social e político a qual se alie a proposta. O primeiro, dado pelos interesses neoliberais, atribui à autonomia da administração escolar a transferência de responsabilidade financeira para a escola e sua comunidade, retirando assim, a responsabilidade do Estado na manutenção e garantia do direito à educação pública, gratuita e de qualidade para todos. Por outro lado, o segundo sentido explica Gentili (1995), defende uma política contra-hegemônica ao neoliberalismo, fundada na participação democrática e na ampliação dos direitos sociais. Essa gestão, para que se efetive de modo democrático deve ser realizada por toda comunidade escolar, construindo assim, uma organização política escolar na contramão do neoliberalismo.

Victor Paro (1999) em um texto intitulado “Parem de preparar para o trabalho”, define que o problema político da gestão escolar encontra-se na visão individualista, competitiva e mercantilista presente no neoliberalismo. Por essa visão, de acordo com Paro, a escola irá preparar indivíduos para o mundo do trabalho alienado, condicionando a principal atividade humana apenas à sobrevivência. Sua proposta, contrária à política neoliberal, é de uma formação voltada para uma ética

solidária. Para alcançar tal proposição devem-se desenvolver relações educativas e políticas fundamentadas por relações solidárias, democráticas e participativas, no qual os indivíduos desenvolveriam qualidades superiores de convivência. Por esse intermédio, conforme Paro, ao invés de um trabalho voltado à sobrevivência, teríamos uma atividade dirigida para o “bem viver” e para a cidadania. Paro, assim, atribui à escola e a sua gestão democrática a possibilidade de um mundo livre da alienação.

Considerando que os novos projetos de organização escolar por parte do Estado têm seu auge nos governos neoliberais, Roberto Leher (1999), crítico das atuais políticas educacionais, denuncia o sentido privatista, mercadológico e sucateador presente nas propostas políticas do governo brasileiro para a organização escolar. De maneira mais crítica que os autores citados anteriormente, Leher explica que a educação se transformou na atualidade num nicho de mercado a ser explorado pelo capitalismo em crise, fazendo surgir e expandir a figura do empresário da educação. Como efeito dessa política, teremos a invasão nas escolas e universidades públicas de um ideal de autonomia financeira e administrativa a qual retira ou diminui a responsabilidade do estado em mantê-las, forçando e estimulando ações de parceria entre as esferas públicas e privadas. O setor privado se utiliza cada vez mais dos espaços públicos escolares e universitários para seus interesses mercadológicos. Autonomia, democratização, descentralização e participação, na perspectiva das políticas governamentais, diz Leher, escamoteiam ações de interesses econômicos dos bancos internacionais no mercado educacional brasileiro e no controle ideológico nos rumos educacionais desse país.

Embora alguns autores contribuam para o desvelamento das políticas educacionais, é importante delinear nesse momento, as implicações e conseqüências de suas principais formulações. Como podemos constatar, os autores citados apontam como entraves administrativos e políticos na implantação da gestão democrática na organização educacional do Brasil, as posturas autoritárias e centralizadoras. Seja uma direção escolar ou um governo neoliberal, ou mesmo a presença de interesses externos de bancos internacionais implica em percalços a serem vencidos por uma organização escolar democrática. Assim, do ponto de vista de autores como Gentili, Libâneo, Veiga e Paro, a ampliação de

direitos e de relações democráticas pela e para a escola deverá se constituir no caminho para a implantação efetiva desse projeto na escola.

Procurando apreender e explicitar os limites e possibilidades acerca de uma organização escolar democrática e de uma formação voltada para a cidadania, realizaremos apoiados em Marx, uma avaliação crítica ontológica das propostas indicadas pelos autores anteriormente referidos.

Em primeiro lugar entendemos que a organização escolar não se configura numa relação de poder neutra e isolada da sociedade de classes; de modo contrário, reflete os conflitos e confrontos de interesses culturais, políticos, econômicos e sociais de cada momento histórico.

Entendemos que a organização escolar reflete a base das relações sociais em um dado momento histórico, e num determinado modo de produção. Na sociedade capitalista, em que a divisão social do trabalho está organizada na fratura entre o momento do pensar, com o do agir, uns operam e desenvolvem no mundo da produção a capacidade intelectual de criar e planejar, enquanto que outros apenas executam. Como resultado desse processo produtivo, teremos uma formação de relações organizativas alienadas e fetichizadas, em que o sentido e direção da produção são ditos por uma força estranha, que subjugam os indivíduos a vontade expansiva e acumulativa do capital. A consciência dos indivíduos na elaboração da produção é cindida e direcionada para um fim fetichizado e a produção de mercadoria se constitui no objetivo único e maior para a humanidade. O fim produtivo não é a humanidade, mas o lucro de uns poucos sobre a totalidade da classe trabalhadora. Se na organização social o homem não detém o controle consciente e totalitário do processo de elaboração e execução de sua produção, de modo mediado, contraditório e complexo, essa organização alienada refletirá na organização escolar.

A escola e sua organização política e administrativa refletem as contradições dessa sociedade de classe capitalista. O controle da produção é dado por uma força estranha ao corpo social produtivo, quem decide o quê produzir, para quem produzir, e o porquê produzir não são os produtores, os trabalhadores; mas a lógica do lucro por meio da exploração. Do mesmo modo, na organização escolar voltada para a formação dos indivíduos, o para quê formar, para quem formar e o

porquê dessa formação são decididos, tendo em vista as necessidades do tipo de homem que o sistema capitalista necessita.

Uma força estranha paira sobre a produção da mercadoria, e sobre a produção intelectual dos indivíduos. Se os homens não decidem de modo livre, consciente e totalitário seu destino na produção de sua existência no capitalismo, não poderá por meio da organização escolar deter no espaço restrito da escola, os rumos de sua vida. Por esse motivo, apenas de modo político democrático, poderá ser enfrentado esse problema, pois a democracia é uma forma de liberdade restritiva, e apenas possível nas relações sociais e econômicas antagônicas do capitalismo. A organização democrática mesmo se configurando num tipo de liberdade superior às relações da escravidão e da feudalidade, não ultrapassam, mas conservam, as relações de exploração do homem sobre outros homens.

Outro aspecto é percebermos de que modo a democracia se estruturou, e se estrutura historicamente no Brasil, para que possa vislumbrar as restrições e possibilidades dessa organização participativa se estruturar no Brasil.

De acordo com Caio Prado Junior (1999) o sentido da formação histórica do Brasil se deu por meio de uma colonização de exploração, em que o Brasil apenas fornecia matéria-prima para os interesses do mercado externo do capital avançado. Essa é a gênese histórica da economia e do estado brasileiro. A subordinação e a dependência da economia brasileira para com os interesses do capitalismo avançado se constituem na forma, e produção da realização da riqueza nacional.

Chasin (1999/2000) e Mazzeo (1997) explicam também que essa dependência e subordinação econômica refletem no modo de estruturação e função do Estado brasileiro. Enquanto a política democrática dos países avançados foi implantada por uma revolução entre o mundo capitalista em construção com o mundo feudal em rompimento, no Brasil, a cidadania e a democracia foram implantadas por acordos que mantivessem essa estrutura econômica dependente. O estado, no Brasil, é atrofiado de seu poder democratizante. Os direitos, em sua maioria, são acordos de cima para baixo, em que as demandas sociais populares historicamente são desatendidas. A política brasileira oscila entre um bonapartismo, em que a ditadura e os direitos mais elementares dos cidadãos são limitados, ou a

um politicismo, no qual os direitos sociais e democráticos são decididos do alto, negando a participação popular nos rumos políticos do país.

Desse modo, a democracia no Brasil terá limites estruturais de acordo com sua gênese política e econômica, pois como país colonizado e explorado seus interesses são repartidos entre uma burguesia local que realiza sua riqueza de modo dependente, e os países avançados que lucram por meio dessa relação de subordinação.

A organização escolar fundada na democracia traz em seu bojo a continuidade de um sistema social que explora e desumaniza os homens, e de modo particular na democracia brasileira, expressa uma organização educacional a qual conterà os limites e distorções de um sistema econômico e político formado historicamente de modo débil e dependente. Por esse modo, pensamos que esse debate sobre a organização escolar de base democrática, explicita os limites e possibilidades de uma forma de liberdade do capitalismo, e nos impõe um repensar sobre a construção de um horizonte superior de liberdade humana. Essa liberdade deverá ter como base produtiva e reprodutiva o trabalho livre e associado dos trabalhadores, possibilitando com isso, o controle substantivamente igualitário, consciente e planejado das relações sociais, culturais e éticas dessa forma radicalmente nova de sociabilidade.

Bibliografia

CHASIN, J. **A miséria brasileira: 1964-1994: do golpe militar à crise social**. Santo André, SP: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

_____. **O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo Híper-tardio**. 2ed. Belo Horizonte: Una Editoria, São Paulo: Estudos e edições Ad Hominem, 1999.

FERRETTI, Celso João et alii; orgs. **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola**. São Paulo: Xamã, 1999.

GENTILI, Pablo A. A. **O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional**. In: GENTILI & SILVA, 1995. p. 111-177.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LEHER, R. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. In: **Revista Outubro**. Nº3. São Paulo, 1999.

LIBANEO, José Carlos. **Organização e gestão Escola**. Teoria e Prática. 5. Ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã** – Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Moraes, 1984.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano. Tradução Ivo Tonet. In: **Revista Práxis**, n.05. Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.

MAZZEO, A. C. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Cortez, 1997.

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1999.